

MACHISMO E DISCURSO DE ÓDIO NAS REDES SOCIAIS: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres

Rosane Cristina de Oliveira *

Jacqueline de Cássia Pinheiro Lima **

Raphael Fernandes Gomes ***

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a questão do machismo, explicitado nos discursos de ódio proferidos nas redes sociais. Esta reflexão é fundamental para os estudos de gênero, mais especificamente, violência de gênero, a partir da afirmativa de que os discursos de ódio encontram nas redes sociais um espaço aparentemente “livre” para sua disseminação. Do ponto de vista teórico, este estudo alicerça-se em autores cujas análises pautam-se na questão de gênero, tais como Judith Butler. O processo de construção do poder masculino em detrimento do feminino é discutido, neste artigo, a partir de Pierre Bourdieu, em A dominação masculina, Heleieth Saffioti e a questão da violência de gênero e a herança patriarcal, entre outros. A metodologia está baseada em: a) pesquisa bibliográfica sobre gênero e machismo, com o levantamento de livros, artigos e web sites diversos sobre o conceito de gênero e machismo, tendo como foco os estudos teóricos e os resultados empíricos realizados e publicados no Brasil; b) análise dos discursos/ “opiniões” acerca de postagens ou notícias sobre violência sexual sofrida por mulheres impressos na rede social Facebook.

Palavras - chave: Violência contra mulheres; discurso de ódio; opinião.

Abstract

The goal of this article is to discuss the issue of sexism which is explicit in hate speech in social networks. This reflection is fundamental for gender studies, more specifically, gender violence, based on the assertion that hate speech finds in social networks an apparently "free" space for its dissemination. From the theoretical point of view, this study is based on authors whose analyzes are based on the question of gender, such as Judith Butler. The process of constructing male power over the feminine is discussed in this article, from Pierre Bourdieu, in The Male Domination, Heleieth Saffioti, and the issue of gender violence and patriarchal inheritance, among others. The methodology is based on: a) bibliographical research on gender and machismo, with the collection of books, articles and various websites on the concept of gender and machismo, focusing on the theoretical studies and the empirical results made and published in Brazil; b) analysis of the speeches / "opinions" about posts or news about sexual violence suffered by women printed on the social network Facebook.

Key – words: Violence against women; hate speech; opinion

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1999) e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio

** Docente do curso de Curso de Graduação em História e no Programa de Pós Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO, Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Pós Doutora pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

*** Pedagogo e Advogado, Mestrando do Programa Interdisciplinar em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio PPGHCA – (UNIGRANRIO)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as discussões em torno da problemática que envolve gênero assumiu lugar de destaque nas ciências sociais. Uma das questões amplamente debatidas diz respeito ao machismo e a violência contra as mulheres e suas várias implicações na vida cotidiana da sociedade. No Brasil, os casos de violência contra as mulheres, seja no âmbito doméstico, no trabalho ou nos espaços públicos, aparecem frequentemente nas mídias. Esses casos, em geral, são atribuídos à “cultura machista” sob a qual a sociedade brasileira está alicerçada desde o período colonial.

É importante argumentar que o “machismo” não diz respeito somente aos atos de violência (física, verbal ou simbólica) praticadas por “homens” em relação às “mulheres”. A questão do “machismo” que se quer abordar neste estudo está atrelada aos elementos culturais, perpetuados através do processo de socialização, que está para além da relação binária heteronormativa. Neste sentido, este estudo parte da concepção de “cultura machista”, ou seja, modos e padrões comportamentais, assimilados e/ou reproduzidos pelos sujeitos, com o intuito de subjugar, silenciar, “desmoralizar”, impor uma determinada conduta, tendo como princípio norteador a ideia de superioridade do masculino em detrimento do feminino.

A proposta deste artigo é apresentar uma discussão sobre o machismo e os discursos de ódio nas redes sociais, tendo como foco a análise dos discursos/“opiniões” postagens ou notícias sobre violências sofridas por mulheres impressos na rede social *Facebook*¹. Entre os vários tipos de violências sofridas pelas mulheres, as de cunho sexual, como os

casos de estupro, costumam ganhar repercussões controversas nas páginas das redes sociais. Comumente, este tipo de notícia suscita números expressivos de comentários, desde aqueles de apoio à vítima até os que a culpabilizam e desmoralizam, utilizando argumentos advindos do senso comum que, em geral, tornam visível os valores morais e elementos culturais sob os quais o “comentador” baseia seu discurso. O fato de estar no espaço virtual traduz-se, de certa forma, como uma cortina protetiva para aqueles que julgam ter plena liberdade de expressão e, portanto, sem sofrer sanções².

No que concerne à questão do “discurso de ódio”, as análises entrelaçam-se com a “liberdade de expressão”. Nas redes sociais, a ideia de liberdade na exposição do pensamento, suscita, também, na construção de elementos discursivos que podem desqualificar, inferiorizar ou desprezar os indivíduos. Em geral, tais elementos são direcionados aos negros, mulheres, indígenas, pobres, sexualidade, entre outros. É importante destacar que a maioria dos estudos que abordam liberdade de expressão e discursos de ódio são provenientes da área do Direito, justamente por fazerem parte de dimensões normativas e passíveis de elaboração de leis e sanções.

A literatura que aborda a questão de gênero é vasta. Neste trabalho, a ênfase será nos seguintes autores: Judith Butler, em *Problemas de Gênero*, cuja discussão perpassa pela problemática da dificuldade em conceituar gênero e, também, em observar a multiplicidade e complexidade em torno desta questão, pois a sociedade alicerçada no binarismo (homem e mulher biologicamente definidos) tem dificuldade em compreender a pluralidade, para além do binarismo e da heteronormatividade. Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina*, discute o processo histórico sob o qual o poder masculino estabeleceu-se em detrimento do feminino, e demonstra o impacto negativo de tal poder na sociedade. Heleieth Safiotti, em *Violência, Gênero e Patriarcado*, faz um percurso histórico a partir da configuração patriarcal desde o período colonial brasileiro, com o intuito de demonstrar que o

¹ O *Facebook* é um *website*, “que interliga páginas de perfil dos seus utilizadores. Tipicamente, é nestas páginas que os utilizadores publicam as mais diversas informações sobre eles próprios, e são também os utilizadores que ligam os seus perfis aos perfis de outros utilizadores” (CORREIA e MOREIRA, 2014). Além da publicação de informações sobre eles próprios, os utilizadores também publicam notícias, repassam informações diversas e, constantemente, produzem comentários (ou “opiniões”) sobre diversas questões (políticas, sociais, economia, assuntos polêmicos).

² Embora exista a Delegacia para Crimes Virtuais, ainda há pouca assimilação por parte da maior parte dos sujeitos em relação aos limites de exposição na internet.

processo violento sob o qual as mulheres estiveram submetidas desde a colônia favoreceu a manutenção do machismo na atualidade.

Metodologicamente, o trabalho alicerça-se na análise de conteúdo, proposta por Bardin (1977, p. 31), pois “... é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” Assim, a partir da leitura, compilação e análise dos *comentários* selecionados na rede social *Facebook*, foram elencados um conjunto de “opiniões” que remetem ao machismo, discursos de ódio cuja motivação é a questão de gênero e, também, os discursos que justificam atitudes e defesa de atos e pensamentos machistas, como por exemplo, aqueles que ainda atribuem às mulheres vítimas de estupro o uso de roupas específicas, comportamentos diversos entre outros.

O *Facebook* é uma rede social com grande importância no bojo das relações sociais, tanto dentro da perspectiva de aproximação de pessoas e grupos sociais, como, também um espaço de interação entre públicos diversos, chamados de “públicos em rede”. De acordo com Castro e Spinola,

[...] os públicos em rede têm características relacionadas a este espaço e suas apropriações, onde se pode destacar: a permanência das interações, ou seja, o fato de que as interações tendem a ficar inscritas na rede e ali permanecerem; a ‘buscabilidade’ dessas interações, que são recuperáveis; a replicabilidade dessas interações que podem ser reproduzidas facilmente e a escalabilidade, ou seja, o potencial de alcance e multiplicação desses registros. A partir daí, pode-se perceber que existe uma mudança no suporte da interação, que vai possibilitar que as conversações, antes mapeadas unicamente pela observação, sejam mais facilmente registradas. Neste momento observa-se a importância da demarcação: a partir do surgimento e apropriação dos sites das redes sociais, os atores passam a registrar seus passos, conversas e interações em rede. Consequentemente surge a possibilidade de mapear gostos, atos, ideias e conexões de milhares de pessoas, investigar padrões entre essas múltiplas redes, principalmente através das interações que são mediadas por essas ferramentas. (CASTRO e SPINOLA, 2015, p. 173)

A escolha da rede social *Facebook* implica em compreender este espaço de interação entre usuários, com laços afetivos ou não, e que verbalizam e trocam uma série de informações e “opiniões”, que podem funcionar como um referencial para estudos, do ponto de vista sociológico, sobre diversas temáticas.

Portanto, a partir da definição do tema a ser abordado (violência sexual contra mulheres e machismo), procedeu-se a escolha da “página” e as notícias a serem visualizadas. A página do G1 – O Portal de Notícias da Globo, no *Facebook*, até o mês de janeiro de 2018 contava com mais de 10.173.000 seguidores e, neste sentido, a repercussão das notícias e os comentários são expressivos. O *Facebook* tem como opção a busca “dentro” de cada página ou comunidade, o que possibilita visualizar os comentários em torno das palavras-chave escolhidas. Em cada notícia publicada é possível observar o número de “curtidas”, de compartilhamentos e os comentários / “opiniões”. Neste trabalho, a ênfase está destinada aos comentários em relação à notícia, cujo discurso tenha conteúdo machista e de culpabilização da vítima (mulher) de violência sexual.

O artigo está dividido em duas partes. A primeira é uma discussão acerca das questões de gênero, cultura machista e os elementos fundamentais que salientam sua perpetuação na sociedade. Tanto historicamente, quanto sociologicamente, a questão do machismo perpassa pelo processo de socialização e manutenção comportamental, cuja base salienta a prevalência do masculino em detrimento do feminino. A segunda parte aborda a questão dos discursos de ódio de característica machista, apresentando a discussão teórica em torno dessas questões e, chamando a atenção para o fato de que os discursos de ódio, que podem ser direcionados à diversas categorias sociais, em se tratando dos casos de violência sexual contra mulheres, tendem a reafirmar o processo de culpabilização da vítima. Nesta parte, procedeu-se a análise do conteúdo dos “*comentários*” da rede social *Facebook*, a partir da publicação de notícias sobre a violência sexual sofrida por mulheres. Essas informações, em geral, costumam dividir opiniões. Por um lado, há discursos de apoio e sororidade³. Entretanto, por outro lado, parte significativa dos discursos ainda são de culpabilização da mulher. A compilação do conteúdo dos *comentários* escolhidos

³ O termo sororidade, embora não apresente definição oficial nos dicionários, seu uso crescente nas redes sociais parece fundamental diante de novas diretrizes do feminismo. Em geral, sororidade é utilizado para enfatizar a empatia, o empoderamento e a solidariedade entre as mulheres. (TINOCO, 2016)

(na íntegra ou parcialmente), são importantes para refletir sobre os elementos de perpetuação e naturalização da violência contra as mulheres.

A PERPETUAÇÃO DA “CULTURA MACHISTA” E A VIOLÊNCIA CONTRA O FEMININO

A temática gênero ganhou nas últimas décadas grande número de teses, artigos e livros. Entretanto, os estudos que abordam especificamente o machismo, ainda são simplórios, se comparados com outras análises que envolvem a questão de gênero. Ao que parece, tendo como base pesquisa nos bancos de dados disponíveis na *internet*, o machismo aparece como subtema ou algo secundário nas análises. É comum, por exemplo, o uso do termo machismo como referência ao ato motivador de algum tipo de violência contra mulheres ou pessoas que se orientem de acordo com o gênero feminino.

Nos anos 1970/80, boa parte dos estudos sobre gênero alicerçavam-se na construção binária do masculino e feminino, alocando nas esferas de dominantes e dominados, ou seja, enfatizando as características biológicas. Além disso, em alguns casos, as discussões sobre gênero perpassavam pela questão da mulher, seja como vítima, algoz ou cúmplice, especialmente nas análises sobre violência de gênero. Neste ponto, Saffioti salienta que:

Em outros termos, tratava-se de responsabilizar as mulheres pelas agressões sofridas. Em última instância, culpabilizavam-se as mulheres pela dominação e exploração de que eram/são alvo por parte dos homens, mas se as tomavam como incapazes de agir/reagir. A rigor, confundia-se o tratamento de coisa dispensado às mulheres com uma presuntiva incapacidade de ação/reação. Atualmente, é possível avaliar como positivo o papel desempenhado por estas publicações, já que provocaram a emergência de outras posições, com maior capacidade de discriminar entre a passividade e as estratégias calculadamente utilizadas por mulheres vítimas de violência na relação com seus agressores. (SAFFIOTI, 2001, p. 122-123)

O machismo, como elemento constitutivo advindo da estrutura patriarcal, faz parte da dinâmica social, naturalizado e perpetuado tanto pelo processo de socialização como pelos comportamentos comumente aceitos em várias instâncias: espaço privado, instituições educacionais, espaços religiosos entre outros. Neste sentido, a “cultura machista”, enraizada, naturalizada e disseminada, perpetua-se.

Neste ponto, Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina*, destacou a questão da reprodução histórica do aspecto da subjugação feminina em relação ao masculino, argumentando que esta dimensão pode ser garantida por três instâncias principais na sociedade: família, igreja e escola. Para o autor:

É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. [...] E, por fim, a escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal (baseada na homologia entre a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes escolas ou as diferentes faculdades, entre as disciplinas (...), entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações, em suma, tudo aquilo que contribui para traçar não só os destinos sociais como também a intimidade das imagens em si mesmo. (BOURDIEU, 2002, p. 102-103)

Ao passo em que a dominação masculina se insere historicamente nos principais espaços de sociabilidade cotidianamente (Igreja, Família e Escola), o processo de naturalização de tal domínio é intensificado a cada geração e, por vezes, dificilmente contestado.

Conceitualmente, o machismo pode ser concebido como um conjunto de atitudes, comportamentos, percepções de mundo e normatização, cujo principal referencial é o fato da figura masculina se sobrepor, em diversos sentidos, ao feminino. Para Mary Pimentel Drumont (1980, p. 81), “em termos de colocação adotada, o machismo é definido como um sistema de representações simbólicas, que mistifica as relações de exploração, de dominação, de sujeição entre o homem e a mulher”. Assim, na estrutura da sociedade, desde a infância, os sujeitos são levados a pensar de forma diferenciada a dinâmica de poder: de um lado, ao menino é apresentado um universo de possibilidades que denotam poder monetário, força física e superioridade e, por outro lado, à menina é apresentado o “mundo” do cuidado, do espaço doméstico, da fragilidade e, por conseguinte, da necessidade de um

“protetor”. Esta relação desigual de gênero reproduz o machismo em sua perspectiva simbólica e cultural, uma vez que tal dimensão é perpetuada por intermédio da socialização através das gerações. Nas palavras de Drumond,

O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominância que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos. (DRUMOND, 1980, p. 82)

Entretanto, é importante chamar a atenção para outro elemento fundamental que reitera a lógica machista: o aspecto institucional. Este aspecto, também abordado por Bourdieu (2002), para além das formas subjetivas de afirmação da elevação do poder do masculino em detrimento da manutenção da subjugação do feminino, está inscrito nos variados espaços institucionais: nos espaços profissionais, no aspecto formal da formação intelectual, no casamento entre outros.

O processo de sobreposição masculina não está inscrito exclusivamente no que tange ao binarismo, ou seja, homem-mulher, mas também nas dimensões que abarcam as identidades de gênero, especificamente as pessoas que se identificam com o gênero feminino. Neste caso, é importante incluir aqueles que fazem parte da identidade *trans* (Transexual, Transgenero, Travestis, Dragsqueem etc), justamente por, cotidianamente, enfrentarem situações de fobias (homofobias, transfobia), nas quais o discurso que apresenta a não aceitação desses sujeitos está no fato de que são “degenerados”, “sem vergonha”, “fracos”, “mulherzinhas”, “bichinhas”, entre outras formas pejorativas atribuídas ao indivíduo. Neste ponto, Bento (2011) apresentou um estudo importante para as discussões sobre as mulheres trans e as dificuldades em terem suas identidades de gênero respeitadas e contempladas por iniciativas para a proteção das mulheres. Para a autora,

Não se pode afirmar que há a mesma proliferação de discursos para proteção de travesti, transexual, gays e lésbicas se comparada à mulher cromossomalmente XX [...]. Basta um rápido acesso à página eletrônica da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Lá encontramos inúmeros artigos, pesquisas, legislações, um disquete 180 para denunciar violência contra as mulheres, campanhas. É inegável a proliferação de discursos sobre ‘a mulher’ nas últimas décadas [...], insistente e persistente produção da mulher hiper-real [...], responde mais a uma demanda de manutenção de determinadas posições de prestígio de feministas

que operam seus modos operandi pela matriz heterossexual [...], o velho binarismo estruturalista nunca esteve tão em voga e tão poderoso como agora. Ele está no Estado, em suas políticas, está na militância (BENTO, 2011, p. 361-362).

Neste sentido, a violência contra a mulher (ou contra às pessoas trans femininas) encontram na cultura machista e no “velho binarismo” os elementos de sua perpetuação. Além disso, se partirmos para uma análise acerca da masculinidade, especialmente do ponto de vista da psicanálise, a reflexão de Butler (2003) aponta o masculino e o ilusório poder que exerce em torno da linguagem e do seu significado e, neste interim, o feminino confirma tal poder. Nas palavras da autora,

O sujeito masculino só se manifesta para originar significados e, por meio disso, significar. Sua autonomia aparentemente auto-referida tenta ocultar o recalçamento que, ao mesmo tempo, é a sua base e a possibilidade perpétua de seu deslastreamento. Mas esse processo de constituição do sentido exige que as mulheres reflitam esse poder masculino e confirmem por toda a parte a esse poder a realidade de sua autonomia ilusória. (BUTLER, 2003, p. 75-76)

Esta é uma pista para pensarmos o aspecto do machismo pela ótica do feminino, ou seja, as mulheres que consciente ou inconscientemente reproduzem o machismo. A validação do poder masculino se dá, de certa forma, através do processo de criação machista, ratificando a distinção entre os sexos e alocando o feminino no lugar da subserviência em relação ao masculino. Nesta perspectiva, a autora Chimamanda Ngozi Adichie enfatiza a criação machista como extremamente nociva, uma vez que em muitos aspectos é vedado ao homem ter atitudes consideradas do universo feminino.

O modo como criamos nossos filhos homens é nocivo: nossa definição de masculinidade é muito estreita. Abafamos a humanidade que existe nos meninos, enclausurando-os numa jaula pequena e resistente. Ensinamos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, homens duros. (ADICHIE, 2014, p. 15-16)

Em situações exacerbadas, por exemplo, uma jovem ao sofrer algum tipo de violência por parte do pai, irmão, namorado, ao receber da mãe a explicação de que “homem é assim mesmo” ou “você precisa mudar seu comportamento para que isso não aconteça”, a mulher estará, de certa forma, validando o poder masculino através do discurso da mãe e, portanto, “condenada” ao sofrimento e vitimada em termos de violência de gênero. Assim,

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocupar com o que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos os meninos a se preocupar em ser ‘benquistos’. Se, por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro, elogiamos ou perdoamos os meninos pelas mesmas razões. (ADICHIE, 2014, p. 14)

Neste aspecto, Heleieth Saffioti analisou profundamente as bases da violência de gênero, advinda do patriarcalismo e replicada ao longo do tempo. A mulher, no processo de socialização produz e reproduz, a partir da lógica patriarcal, a exaltação do masculino e a inferiorização do feminino. Para Saffioti,

Entre as mulheres, socializadas todas na ordem patriarcal de gênero, que atribui qualidades positivas aos homens e negativas, embora nem sempre, às mulheres, é pequena a proporção destas que não portam ideologias dominantes de gênero, ou seja, poucas mulheres questionam sua inferioridade social. Desta sorte, também há um número incalculável de mulheres machistas. E o sexismo não é somente uma ideologia, reflete, também, uma estrutura de poder, cuja distribuição é muito desigual, em detrimento das mulheres. (SAFFIOTI, 2015, p. 37)

É esta “distribuição desigual do poder” que, mascarada em muitas faces, reafirma a violência contra as mulheres. Uma das faces, na atualidade, são as redes sociais, cuja lógica da “liberdade de expressão” traduz o padrão moral e valores compartilhados pelos sujeitos. Em se tratando dos casos de violência sexual contra as mulheres, tais configurações tornam-se mais perceptíveis, especialmente em relação aos discursos de culpabilização da vítima, atribuindo a violência sofrida ao uso de roupas, comportamentos “inapropriados” ou à ausência de alguma tutela masculina (a figura ilusória do protetor).

SOBRE “OPINIÕES” / COMENTÁRIOS E DISCURSO DE ÓDIO: A REDE SOCIAL COMO LUGAR DE “LIBERDADE” E VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

O processo de interação entre os indivíduos nas redes sociais está baseado na ideia de opinião, linguagem informal e que, em geral, faz com que os sujeitos tenham a sensação de total liberdade para expor o que pensam e, portanto, estariam exercendo sua liberdade de “expressão e opinião”. De acordo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em relatório publicado em 2013, “A liberdade de pensamento e expressão é a pedra angular de qualquer sociedade

democrática”. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos, em particular, atribui um alcance especialmente amplo a ela: o Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos garante o direito de toda pessoa à liberdade de expressão e esclarece que este direito compreende “a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha”.⁴

A partir dos pressupostos acerca da liberdade de expressão, a ideia de que qualquer expressão não pode ser silenciada passou a ser discutida. No âmbito jurídico, por exemplo, “liberdade de expressão” não diz respeito à propagação irrestrita verbal ou escrita, mas está alicerçada em algumas dimensões, que ao serem extrapoladas, tornam-se discurso de ódio. Neste sentido, uma reflexão fundamental é a de Catherine MacKinnon (1988), cujo argumento central é o fato de que o discurso de ódio tende a silenciar ou se sobrepor à expressão. Entre os estudos da autora, cujas abordagens giram em torno da questão da mulher e dos diversos elementos discursivos que subjagam ou inviabilizam das mulheres, ao refletir sobre a pornografia e suas consequências para o feminino, salientou que:

Às mulheres, as quais vivem em silêncio social, político e legal, é dito que a liberdade de expressão é um direito inviolável e que qualquer tentativa de restringi-lo a qualquer pessoa, restringe-o também às mulheres. Embora as mulheres tenham sido excluídas do acesso aos meios de comunicação, do diálogo político; embora as mulheres sejam forçadas a um silêncio social, pelo desrespeito e pelo terrorismo; embora as mulheres sejam excluídas da participação nas instituições as quais articulam a política social; as mulheres devem prezar pelos direitos de expressão, prezando pelos direitos daqueles os quais as têm excluído. (DWORKIN & MACKINNON, 1988, p. 23)

O distanciamento entre o direito de expressão no contexto das relações sociais denota, também, a desigualdade entre os gêneros. Dessa forma, a partir da cultura machista e seus diversos desdobramentos, o discurso de ódio suplanta a liberdade de expressão no

⁴ Liberdade de expressão e internet / [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Comissão Interamericana de Direitos Humanos]. v.; cm. (OAS. Documentos oficiais; OEA/Ser.L)

momento em que ridiculariza e inferioriza o sujeito pelo fato de ser mulher.⁵

Em agosto de 2016, a ONG Comunica que Muda publicou o resultado de uma pesquisa feita nas redes sociais cuja temática era “discursos de ódio na internet”. De acordo com os dados obtidos,

O segundo tema com maior número de mensagens foi o ódio às mulheres. Muitos internautas parecem não entender que lugar de mulher é onde ela quiser, e a misoginia se alastra pelas redes. Assédio, pornografia de vingança, incitação ao estupro e outras violências são, por vezes, travestidos de ‘piadas’ que são curtidas e compartilhadas, reforçando no ambiente virtual o machismo presente na sociedade. Ao todo, foram coletadas 49.544 citações que abordavam as desigualdades de gênero, sendo 88% delas com viés intolerante.⁶

O panorama apresentado na pesquisa traduz uma visão geral da problemática dos discursos de ódio direcionados à temas variados. Para elucidar esta questão, a dissertação de Renata Machado da Silveira, intitulada “Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio”, é um caminho interessante. A partir da perspectiva do Direito, a autora apresenta as conceituações e os principais estudos que abordam a temática, que é fundamental para a elaboração do nosso argumento principal, pautado no fato de que a “cultura machista” é expressada nas redes sociais através do discurso de ódio, especialmente em relação ao feminino.

Neste sentido, a análise de um caso específico de violência sexual contra a mulher, nas redes sociais, é um ponto fundamental para compreender as conexões entre o discurso de ódio, a cultura machista e a violência contra as mulheres. No mês de maio de 2016, uma jovem de 16 anos foi vítima de estupro coletivo⁷, conforme noticiado no site de notícias G1 – Portal de

Notícias Globo. De acordo com a reportagem, a vítima, que estava sob o efeito de drogas, foi violentada por mais de 30 homens, cuja maioria fazia parte do tráfico na localidade (Comunidade situada no bairro de Jacarepaguá, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro). Na ocasião, a OAB/RJ, por intermédio da Comissão Permanente OAB Mulher, divulgou a seguinte nota:

Os atos repulsivos demonstram, lamentavelmente, a cultura machista que ainda existe, em pleno Século 21. Importante ressaltar que cada frase machista, cada piada sexista, cada propaganda que torna a mulher um objeto sexual devem ser combatidas diariamente, sob o risco de se tomarem potenciais incentivadoras de comportamentos perversos. E, igualmente, lembrar que, se esse crime chegou ao conhecimento público, tantos outros permanecem ocultos, sem repercussão. Precisamos lutar contra a violência em cada lar, em cada comunidade, em cada bairro, afirmou a nota da OAB.⁸

A nota da OAB, naquela ocasião, chamou a atenção para o aspecto da cultura machista que, ao longo do tempo, colabora para os casos de violência contra as mulheres. Entre as inúmeras páginas da rede social que noticiaram o ocorrido, a página *G1 – Portal de Notícias da Globo* divulgou, no dia 26 de maio de 2016, uma notícia sobre o caso de estupro da jovem de 16 anos, que contou com mais de 11.700 curtidas, 2.300 comentários e 1.802 compartilhamentos. Uma questão que chamou a atenção foi, justamente, a quantidade de comentários ou “opiniões” que, além de culpabilizar a vítima, apresentaram conteúdo de cunho machista e de ódio. Em geral, atribuíam a violência sofrida ao comportamento “desajustado” da vítima em relação à sua sexualidade, ao uso de drogas ou, em maior escala, ao fato de “não saber escolher com quem se relaciona”. E, ainda, ao fato de que seu comportamento não condiz com o que é esperado de uma mulher.

Após a leitura de um número significativo de comentários publicados na referida notícia da página do G1, no *Facebook*, aproximadamente 800 “opiniões” / comentários sobre o caso, duas questões apareceram recorrentemente: a primeira questão foi que um grande número de mulheres argumentaram em suas “opiniões” o fato de que a “vítima” nunca tem culpa, e, a segunda questão é de que a maioria dos comentários proferidos

⁵ O discurso de ódio está inscrito na exacerbação do uso da liberdade de expressão, ou seja, a partir do momento em que a expressão esteja direcionada ao sujeito como forma de ofensa, ridicularização, inferiorização, incitação à agressão, baseados em raça, gênero, religião, sexualidade, entre outros.

⁶ Os dados da pesquisa estão disponíveis no site: <http://www.comunicaquemuda.com.br/redes-da-intolerancia/>

⁷ É importante ressaltar que os casos de estupro são correntes e ao realizar uma busca simples nas redes sociais, aparecem inúmeras reportagens com denúncias dessa modalidade de crime sexual. Entretanto, a escolha desse caso foi pelo fato da vítima, em decorrência do “comportamento desviante”, receber críticas e ser recorrentemente culpabilizada. Esta constatação demonstra que a cultura machista, enraizada na sociedade, tende a apresentar ou tentar encontrar algum tipo de “justificativa” na conduta da mulher, o motivo da violência que sofreu.

⁸ Ver reportagem na íntegra disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-contaque-acordou-dopada-e-nua.html>

por homens, além de culpabilizar a vítima de alguma forma, atribuíram o comportamento “não digno de uma mulher” como a principal causa da violência a que foi submetida.⁹ Portanto, após a leitura dos comentários, foram selecionados uma média de cinquenta cujos conteúdos apresentaram alguma acusação de cunho machista. Destes, foram extraídos três eixos que aparecem enfaticamente nos discursos acusatórios. São eles: a) culpabilização em relação ao comportamento, b) culpabilização pela “desestrutura familiar” e c) culpabilização do posicionamento político e do feminismo.

Seguem, abaixo, alguns trechos selecionados dos comentários / “opiniões”¹⁰ expostos na reportagem exibida pelo G1, no dia 26 de maio de 2016.¹¹

a) Culpabilização em relação ao comportamento

... com certeza a Maria droguinha, mãe solteira aos 16 anos e já uma filha de 3 anos não era vida loka e nem andava com os manos e as mana. (26/05/2016)

Tudo bem nada justifica o que eles fizeram mas a menina também pouco prestava com treze anos já tem filho então deve ter ficado grávida com doze ou onze né... (26/05/2016)

Claro, uma mulher de 17 anos, que tem um filho de 3, ou seja, teve criança com 13/14 anos é super correta, praticamente uma freira. Se não quisesse filho que abortasse. (26/05/2016)

Não é questão de machismo, acredito que nem um homem tolera que esses animais continuem soltos, mas o fato dela ser mulher tbm não tira dela a culpa pelos erros anteriores. Todos devem ser

⁹ A opção por não apresentar a quantidade de homens e mulheres que escreveram comentários em solidariedade ou culpabilização da vítima foi por compreender que o foco está no conteúdo dos comentários, cuja dimensão machista está além do fato de ser homem ou mulher o comentarista. Em tempo, é importante chamar a atenção para o conjunto de opiniões e perceber os principais argumentos estão para além de uma percepção crítica da questão, mas sim, baseadas no senso comum e na propagação de discursos de ódio, mascarados por uma concepção sem reflexão dos problemas de ordem social.

¹⁰ Com o intuito de manter o anonimato dos usuários, optou-se por apenas compilar trechos dos comentários, não expondo o nome e demais informações de identificação do sujeito. Os posts estão disponíveis na página do G1 – Portal de Notícias Globo, no Facebook (no link: https://www.facebook.com/pg/g1/posts/?ref=page_internal). É importante ressaltar que os comentários publicados podem ser apagados a qualquer momento, tanto por quem publicou, como pelos administradores da página.

¹¹ A pesquisa e leitura dos comentários na página do G1, no Facebook, foram realizadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2018. Entre os 50 comentários selecionados foram escolhidos 15, pois apresentam o discurso que reflete a maioria dos demais trechos analisados.

condenado (por um Brasil com pena de castração química). E que sirva para outras meninas. “Quem procura acha”. (26/05/2016)

Nos discursos machistas e de ódio, a relação entre a pouca idade e o fato de ter engravidado, ser mãe solteira alocou a jovem numa condição de subalternidade ou de propensa a ser acometida por esta modalidade de violência (sexual). Neste ponto, podemos retomar a leitura de Bourdieu, ao chamar a atenção para os aspectos que determinam, na sociedade, os principais elementos de dominação masculina (Família, Igreja e Escola). Entre estes aspectos, a Igreja tem um papel importante, pois,

[...] marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres. (BOURDIEU, 2002, p. 102).

Este processo de “desconstrução” do feminino, relegando às mulheres o lugar da obediência e cumprimento de normas sociais tidas como corretas do ponto de vista do masculino (e, portanto, sem levar em consideração direitos, desejos e possibilidades por parte das mulheres), traduz-se na sociedade como um elemento que além de justificar a violência cometida contra a mulher, também racionaliza e institucionaliza a sua inferioridade. No caso da adolescente agredida sexualmente, os comentaristas utilizaram do “suposto” comportamento “promíscuo” e a pouca idade para “avaliar” moralmente a pessoa, ignorando na maior parte dos seus discursos o significado real da violência sexual: a premissa de que a vítima nunca tem culpa.

O comportamento esperado socialmente por parte das mulheres, construído historicamente nas bases patriarcais, é comumente utilizado para enaltecer o que seria “o sonho de vida de uma mulher”, conforme no comentário abaixo:

Ver que essa garota se fascinava por bandidos armados, pensando serem eles defensores de mulheres, ou vítimas sociais ou justiceiros?! Ela pagou caro demais na própria carne para confirmar que não existe bandido ‘bonzinho’. Ela deve muito agradecer não ter sido morta! De qualquer forma mataram lhe os sonhos da vida de mulher. Bandido bom é bandido morto! (27/05/2016)

Os comentários abaixo são típicos do discurso de ódio que aloca o comportamento “imoral”, como o motivador do “castigo” que recebeu, uma vez que “se

drogar com consentimento não é ser dopada”. Neste ponto, outra premissa ignorada pelos “juízes”, é a de que o estupro se configura a partir do momento em que a vítima diz *não* ou não tem condições de responder por si.

... E se drogar com consentimento não é ser dopada! Essa garota já fazia isso há muito tempo, e só se manifestou (nem foi ela), pq foi filmada! Acorda Brasil! Tantos casos de estupros acontecendo de verdade, ..., e vcs dando moral pra essa garota! Me poupe. (26/05/2016)

Eu vi o vídeo e posso afirmar q isso foi mais uma das safadezas e bebedeiras dessas adolescentes de hj! (26/05/2016)

b) Culpabilização pela “desestrutura familiar”

Esse é o preço que filhos(a) desobediente pagam quando não escuta os pais, ficam dias fora de casa, se mistura com pessoas inadequadas... (26/05/2016)

Os pais foram tão criminosos quanto os estupradores, como uma garota de 16 passa a madrugada numa festa, ela deveria estar na sua casa esse horário. (26/05/2016)

[...] se ela fosse uma coitadinha que nem o povo fala ela não estaria pegando em armas e nem estaria em bailes funk, ela estava era muito doidona de cocaína isso sim, mulher bandida merece é isso mesmo, se ela tivesse em casa obedecendo aos pais dela não teria acontecido isso. (26/05/2016)

... só acho que ‘meninas’ não devem andar a noite... nem beber, nem dançar... só acompanhada de um adulto [...] (26/05/2016)

Novamente, a dimensão familiar e seu poder de dominação institucional é acomodado na condição de determinante de ordem ou de “proteção”. Entretanto, esta construção é típica do padrão patriarcal, conforme elucidado por Safiotti (2015, p.37), especialmente ao discutir sobre o aspecto da socialização patriarcal, enfatizando que “as mulheres são amputadas, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão do exercício do poder. Elas são socializadas para desenvolver comportamento dóceis, cordatos, apaziguadores”. Assim, não atender a hierarquia familiar, obedecer aos pais, traduz uma subversão em relação ao papel esperado por parte das mulheres.

c) Culpabilização do posicionamento político e do feminismo

Outra questão observada nos comentários foi o deslocamento da problemática da violência sexual para a esfera política, culpabilizando o “discurso feminista” como aquele que impede a punição dessa modalidade de crime. Tal perspectiva demonstra a distorção em relação ao significado de feminismo e/ou de lutas feministas. Entre os comentários que pareceriam

traduzir algum tipo de preocupação com a vítima, subjetivamente deslocaram para os embates de cunho político, atribuindo aos responsáveis por crimes de natureza sexual, pena de morte, castração química e, ao mesmo tempo, compartilharam o descontentamento com os direitos humanos e seus apoiadores.

Cultura do machismo?!?! Gente esses caras são marginais, dito pela vítima, que estavam armados de fuzis. Por favor prestem atenção nas declarações da Oab, ela deveria estar cobrando penas mais pesadas, discurso torpe de covardes. Manda a polícia invadir a comunidade e trazer esses marginais vivos ou mortos. Os que chegarem com vida, merecem prisão perpétua e castração química. Mas já sei, vão defender dizendo que são pobres coitados, vítimas da sociedade e da mídia. Cansei desse discurso da esquerda. Bandido bom é bandido morto!! (26/05/2016)

Só para lembrar as feministas que estão falando sobre a importância do feminismo após o caso lamentável e desumano do estupro coletivo, vocês repudiam, chamam de machista, homofóbico e até estuprador baseadas em uma discussão dele com uma deputada que defende bandidos e é investigada na lava jato, e esse que vocês repudiam é o único deputado com projeto de lei com pena de castração e pena de morte para estuprador, e vocês detonam ele, esse deputado é o Jair Messias Bolsonaro. (26/05/2016)

... como é que a esquerda fala mesmo ??? Será tipo ‘o estupro é uma forma de mostrar a sexualidade reprimida de uma minoria carente de amor e afeto’ ??? Ou seria melhor um discurso da bancada da bala, tipo "CASTRA TODO MUNDO"!!!! Pessoalmente, sinto uma falta enorme nesse país da pena de morte... (26/05/2016)

Tem um deputado aí que quer a redução da maior idade e a castração química para estupradores, mas chamam ele de machista, racista e homofóbico. Se você votou na Maria do Rosário ou no Jeam Wyllys não pode reclamar, amiguinho. (26/05/2016)

NESSAS HORAS TODOS VÃO LEMBRAR DO #MITO e suas PLs super severas para estupradores, que a Dona Maria do Rosário É CONTRA, pois ela cria leis que AJUDAM os infratores desse tipo de violência! TOMARA QUE O Jair Messias Bolsonaro SEJA PRESIDENTE MESMO, e se não for que continue a lutar para punir esses monstros, pois é o único que está nessa luta a anos, e se já fosse Presidente esses desgraçados já estariam na cadeia sendo trucidados... (26/05/2016).

O discurso de ódio e atribuição da “culpa” da violência sexual sofrida pela vítima ao comportamento da sociedade, ou seja, ao fato de existirem pessoas favoráveis aos direitos humanos, bem como ao discurso feminista, denotam duas questões: o desconhecimento em relação ao direito à vida (que é a finalidade dos direitos humanos) e a defesa pela igualdade (política, social, econômica etc.) entre os sexos, amplamente defendidas pelo feminismo. Assim, o desafio lançado à estrutura social vigente está em

construir abordagens, para além do senso comum, sobre as variáveis que levam à violência contra as mulheres e sua justificação e culpabilização. A inserção das discussões sobre gênero e violência de gênero, nos espaços escolares e demais instituições formais e informais, são caminhos possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões sobre gênero assumiram um lugar de destaque nas últimas décadas. Nesta perspectiva, as questões abordadas neste breve artigo têm a pretensão de chamar para o debate a dimensão do machismo, sua estruturação do ponto de vista cultural e as implicações que comportamentos enraizados nesta direção suscitam no cotidiano.

Na primeira parte, chamamos a atenção para os processos que favoreceram o surgimento e a perpetuação da cultura machista na sociedade, enfatizando o patriarcalismo como seu principal fio condutor. A socialização, na condição de aspecto fundamental que garante a manutenção do machismo, entrelaça-se com o fato de que a violência contra o feminino é de difícil assimilação, uma vez que no processo de vivência cotidiana os sujeitos estão submetidos aos inúmeros elementos de sobreposição do masculino em detrimento do feminino. Assim, os estudos de Heleith Saffioti e Judith Butler são excelentes referenciais, tanto para analisar os padrões sociais machistas advindos do patriarcalismo, como as dificuldades em romper com estes padrões.

Além da historicidade em torno do patriarcalismo, a perpetuação dos comportamentos machistas e sua disseminação tem como base as relações de poder e dominação masculina, conforme amplamente enunciado por Pierre Bourdieu. Para Bourdieu, a sobreposição do masculino em detrimento do feminino está inscrita em três instâncias da sociedade: Igreja, Família e Escola. Esta discussão, à luz da dominação masculina enunciada por Bourdieu, contribuiu para compreendermos a dificuldade em torno das construções simbólicas e institucionais que corroboram ao longo do tempo para a suposta superioridade do masculino e, por conseguinte, a subalternização do feminino.

Na segunda parte do artigo, a discussão estabeleceu-se nas análises dos comentários e discursos de ódio em torno da violência sexual sofrida por mulheres. A partir da distinção do que é opinião e liberdade de expressão, a intenção foi chamar a atenção para a problemática interpretativa por parte dos sujeitos ao julgarem a rede social (e demais veículos de troca de informações entre usuários) como um lugar em que pode expressar indiscriminadamente o que pensa. Neste sentido, há um hiato entre compreender o que é discurso de ódio e o que é opinião. Para elucidar estas fronteiras, a autora Catherine MacKinnon foi fundamental, ao chamar a atenção para o fato de que o discurso de ódio é um silenciador em relação às questões da violência contra as mulheres. Os discursos de ódio são, de certa forma, o ato de ultrapassagem de uma opinião para uma forma discursiva de culpabilização, subjugação, desvalorização, incitação de violência, em relação ao outro por motivos de gênero, racismo, misoginia, entre outros.

A notícia escolhida, que foi publicada na rede social *Facebook*, diz respeito à violência sexual sofrida por uma jovem no Bairro de Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2016. A repercussão da violência (estupro coletivo), dividiu opiniões entre aqueles que repudiaram a violência e aqueles que culpabilizaram a vítima. Esta culpabilização girou em torno de três eixos: em relação ao comportamento, em relação à desestrutura familiar e em relação ao posicionamento político e do feminismo. As discussões a partir destes itens demonstraram a base estrutural da cultura machista sob a qual parte significativa dos “julgadores” estão alicerçados.

Portanto, a ênfase em incluir estudos sobre gênero e violência de gênero nos espaços formais e informais de ensino-aprendizagem é urgente, uma vez que as políticas públicas formuladas para o combate à violência de gênero (como é o caso da criação da Delegacia de Atendimento à Mulher – DEAM’s, Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio), embora fundamentais, não parecem suficientes para que a sociedade reflita e problematize acerca das questões alarmantes em relação à violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Sejamos todos feministas*. Editora Companhia das Letras, 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70. 1977.

BENTO, Berenice. Politizar o abjeto: dos femininos aos feminismos. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Org.). *Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 357-371.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de Guerra – quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, Fernanda Meneses de Miranda & SPINOLA, Carolina de Andrade. Metodologia de pesquisas na internet: breves considerações sobre uma pesquisa qualitativa em turismo nas redes sociais. *Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR*, Penedo, Vol. 5, n. 1, p. 170-188, 2015. (Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/1766/1313>).

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro & MOREIRA, Maria Faia Rafael. Novas formas de comunicação: história do Facebook - Uma história necessariamente breve Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia Maria Faia Rafael Moreira. *Revista Alceu – Vol. 14, n. 28, p. 168-187 – Jan./Jun. 2014*. (Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu%2028%20-%20168-187.pdf>)

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. São Paulo: *Perspectivas*, 3, 1980, p. 81-85. (disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1696/1377>).

DWORKIN, Andrea & MACKINNON, Catherine. *A pornography and civil rights – a new day for women's equality*. 1988. (Disponível em: <http://www.feministes-radicales.org/wp-content/uploads/2012/05/Catharine-A.-MacKinnon-Andrea-Dworkin-Pornography-and-Civil-Rights-A-New-Day-for-Women%E2%80%99s-Equality-1988.pdf>)

Inter-American Commission on Human Rights. Office of the Special Rapporteur for Freedom of Expression. *Liberdade de expressão e internet / [Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão. Comissão*

Interamericana de Derechos Humanos]. v. ; cm. (OAS. Documentos oficiales ; OEA/Ser.L) Disponível em: http://www.oas.org/pt/cidh/expressao/docs/publicaciones/2014%2008%2004%20Liberdade%20de%20Express%C3%A3o%20e%20Internet%20Rev%20%20HR_Rev%20LAR.pdf

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Campinas, *Cadernos Pagu*, n. 16. P. 115-136. (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>)

_____. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVEIRA, Renata Machado da. *Liberdade de Expressão e Discurso de Ódio*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais: Programa de Pós-Graduação em Direito. 2007. (disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Direito_SilveiraRM_1.pdf)

TINOCO, Dandara. Sororidade, substantivo feminino. *O Globo*, 26/03/2018. (Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/sororidade-substantivo-feminino-18959230>)